

Lázaro Ramos: Ator fala de estreia na direção e conta que se policia para não se achar 'grande coisa' SEGUNDO CADERNO

Paralimpíada: Nadador Daniel Dias chega à sua 25ª medalha PÁGINA 36

O GLOBO



Ineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2021 ANO XXVII - Nº 32.161 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ • R\$ 5,00

Órgãos públicos vão racionar energia, e cresce risco de apagão



JOEL SILVA

Decreto do presidente Jair Bolsonaro assinado ontem determina a primeira medida de racionamento do consumo de eletricidade, dois meses após o ministro de Minas e Energia, em cadeia nacional, minimizar a crise hídrica. Órgãos públicos federais terão de reduzir entre 10% e 20% o uso de energia. Especialistas avaliam que cresceu o risco de apagões já neste segundo semestre. **PÁGINAS 17 e 18**

Nível baixo. Lago da hidrelétrica de Furnas, em Minas, chegou a 18% da capacidade

CRISE INSTITUCIONAL

Pacheco rejeita impeachment de Moraes pedido por Bolsonaro

Advocacia-Geral do Senado disse não haver 'justa causa' para abertura do processo

Como havia anunciado, e seguindo parecer da Advocacia-Geral do Senado, que não viu "justa causa" para um processo, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu arquivar o pedido de impeachment apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. Pacheco afirmou

que, além das questões técnicas e jurídicas, "há um lado político, de uma oportunidade dada para restabelecer as boas relações entre os Poderes". Ele voltou a defender novo encontro de chefes de Executivo, Legislativo e Judiciário, desmarcado por Luiz Fux, presidente do STF, após reiterados ataques de Bolsonaro à Corte. **PÁGINA 4**



Chefe do Exército exorta liberdade, paz e democracia

Em discurso numa cerimônia pelo Dia do Soldado, com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira, afirmou que os militares devem inspirar "paz, união, democracia, justiça, ordem e progresso". Ele pregou respeito à Constituição. **PÁGINA 5**

Saúde anuncia 3ª dose a idosos no país em setembro

Após vários países confirmarem a dose extra para conter a variante Delta, o Ministério da Saúde anunciou reforço contra a Covid-19 a partir de 15 de setembro, inicialmente para idosos acima de 70 anos e pacientes imunossuprimidos. Na cidade do Rio, reforço começará em 1º de setembro, e no estado de São Paulo, dia 6. **PÁGINA 27**

Reforma eleitoral: quarentena a juiz, militar e policial

Parecer da relatora do novo Código Eleitoral, deputada Margarete Coelho, prevê quarentena de cinco anos para que magistrados, militares, policiais e membros do Ministério Público possam disputar eleição. Se aprovado, projeto pode impedir candidaturas como as de Sergio Moro e Eduardo Pazuello em 2022. **PÁGINA 6**

Desoneração da folha de pagamento pode ser estendida até 2026

Com reforma tributária empacada, deputado Efraim Filho (DEM-PB) propõe ampliar prazo, e relator, Jerônimo Goergen (PP-RS), diz ser favorável à medida. **PÁGINA 21**

Anatel mira pirataria em plataformas de e-commerce

Órgão entende que empresas como o Mercado Livre podem ser responsabilizadas pela venda de produtos irregulares. **PÁGINA 22**

ALTA VELOCIDADE
TCU aprova edital de leilão do 5G.
Agência vai marcar licitação **PÁGINA 23**

Fraude em moeda digital, lucro em muita grana viva



A Polícia Federal apreendeu mais de R\$ 13 milhões com Gleadson Acácio dos Santos, um dos presos na operação contra quadrilhas que aplicaram golpes em criptomoedas estimados em R\$ 2 bilhões. O dinheiro encontrado na casa de Santos, na Barra, foi levado a uma empresa de valores para ser contado. **PÁGINA 32**

MERVAL PEREIRA

Bolsonaro quer visão religiosa no Supremo **PÁGINA 2**

MÍRIAM LEITÃO

Negacionismo atrasa combate à crise hídrica **PÁGINA 18**

Ministro do STJ suspende tramitação da denúncia sobre 'rachadinhas'

Decisão monocrática do ministro João Otávio de Noronha atende a pedido do ex-assessor Fabrício Queiroz e beneficia, também, o senador Flávio Bolsonaro. **PÁGINA 11**

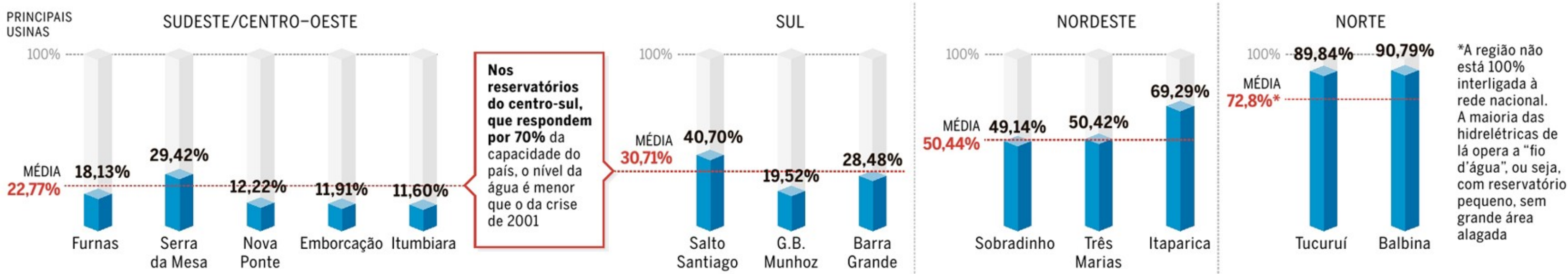
DADOS DA CPI DA COVID
O GLOBO sofre censura pela 2ª vez em menos de uma semana **PÁGINA 12**



ENTENDA A FRAGILIDADE ATUAL DO SISTEMA ELÉTRICO

Os reservatórios das principais hidrelétricas do centro-sul do país estão com níveis mais baixos que os do Norte e do Nordeste

O nível dos reservatórios nas principais hidrelétricas do país

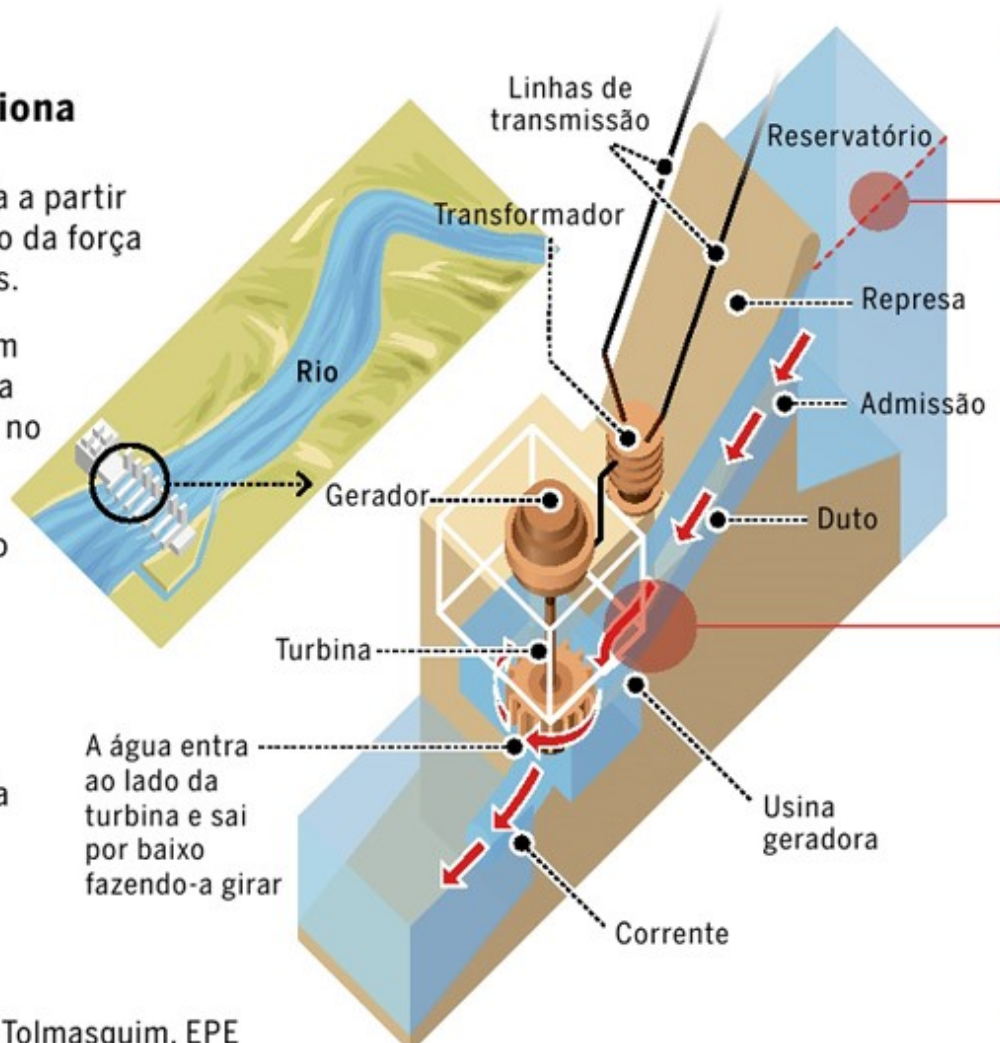


Nos reservatórios do centro-sul, que respondem por 70% da capacidade do país, o nível da água é menor que o da crise de 2001

*A região não está 100% interligada à rede nacional. A maioria das hidrelétricas de lá opera a "fio d'água", ou seja, com reservatório pequeno, sem grande área alagada

Como uma hidrelétrica funciona

- 1 A energia é gerada a partir do aproveitamento da força das águas dos rios.
- 2 Represas criam um reservatório e uma diferença de nível no curso do rio.
- 3 Desviada por meio de dutos, a água move as turbinas da usina.
- 4 Um gerador converte a energia cinética em elétrica.



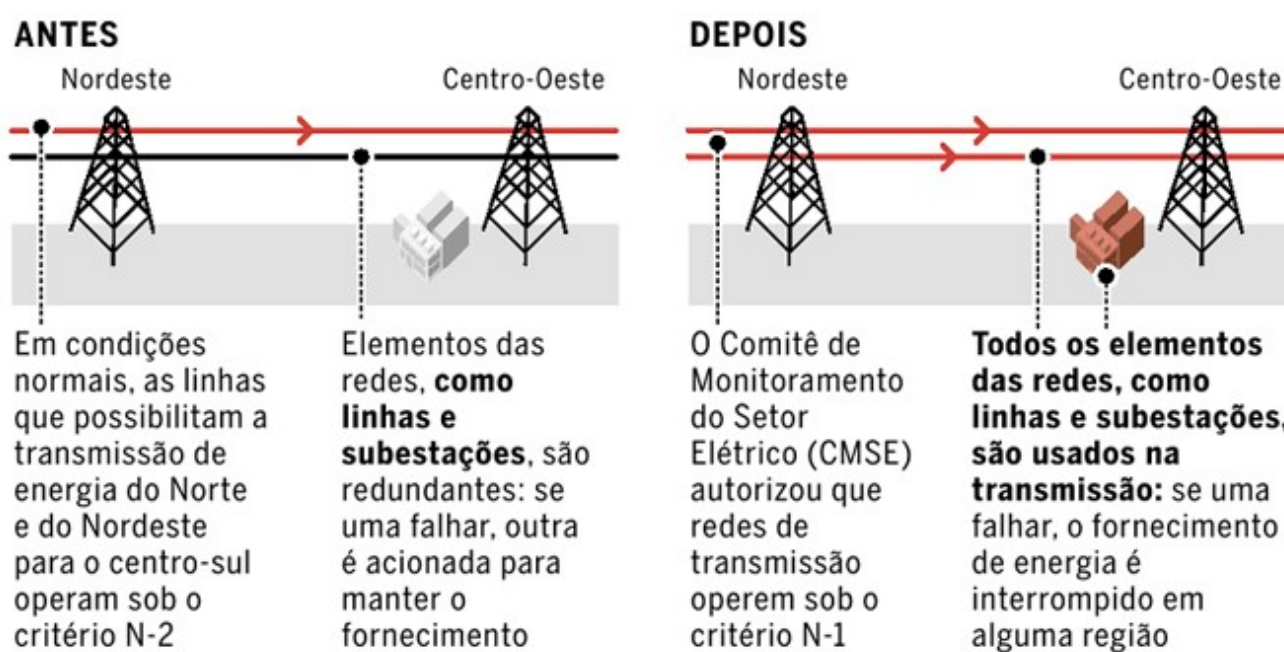
A potência de uma hidrelétrica é função do volume e da altura do reservatório.

Quando a altura da queda d'água é menor, porque o nível do reservatório está baixo, é necessário um volume maior de água para gerar a mesma quantidade de energia. Se a passagem da água não atingir a potência necessária à geração, aumenta o risco de blecautes

O QUE O GOVERNO ESTÁ FAZENDO PARA TENTAR SOLUCIONAR O PROBLEMA

O governo reduziu a vazão das usinas do Nordeste para guardar água para gerar energia nos momentos mais críticos da crise hídrica no centro-sul

Para transmitir mais energia do Norte e do Nordeste para Sudeste e Centro-Oeste, o governo alterou a margem de segurança em redes de linhas de transmissão



A mudança aumenta em cerca de 30% a capacidade de transmissão de energia do Norte e do Nordeste para Centro-Oeste e Sudeste, mas aumenta o risco de blecautes

Fontes: ONS, Maurício Tolmasquim, EPE

NO LIMITE

Crise energética piora, governo rationa e sistema opera com maior risco de blecautes

BRUNO ROSA, MANOEL VENTURA E JOÃO SORIMA NETO
economia@oglobo.com.br
RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO

Dois meses depois de o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, minimizar os riscos de um racionamento de energia num pronunciamento em cadeia nacional, o presidente Jair Bolsonaro assinou ontem um decreto determinando o primeiro corte obrigatório no consumo de eletricidade no país. Órgãos públicos federais serão obrigados a reduzir uso de energia entre 10% e 20%. Ao mesmo tempo, um conjunto de medidas adotadas pelo governo nas últimas semanas para enfrentar o agravamento da crise hídrica aumenta o risco de interrupções no fornecimento de energia neste segundo semestre, alertam especialistas.

A redução na vazão das hidrelétricas — estendida na terça-feira às usinas do Nordeste —, a flexibilização nas margens de segurança na transmissão e os incentivos à indústria para a redução do consumo de energia nos horários de pico são medidas citadas por especialistas como alertas para o maior risco de apagões no horizonte. Albuquerque disse ontem que o governo ainda vai estabelecer em setembro metas de redução do consumo para residências e pequenas empresas em troca de bônus, mas sem obrigatoriedade.

O Brasil está operando no limite. O governo oferece um prêmio para a indústria reduzir seu consumo no momento de pico, que é onde há problema e preocupação. Esse risco de apagão é a porta de entrada para o racionamento — diz Roberto D'Araújo, diretor do Instituto Ilumina.

O nível dos reservatórios do Centro-Sul do país já está abaixo do registrado em 2001, quando houve racionamento de energia. O governo se viu obrigado a adotar medidas que, na prática, deixam o país mais vulnerável a blecautes nos horários de maior demanda. D'Araújo cita ainda as mudanças na regras de segurança das linhas de transmissão, autorizadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) para incrementar em cerca de 30% a capacidade de transferência de energia do Norte e do Nordeste para Sudeste e Centro-Oeste:

— Linhas de transmissão contam com uma segunda, de redundância, caso haja problema com a primeira. Agora, as duas são usadas. Isso agrava a possibilidade de apagão.

NÍVEL FAZ DIFERENÇA

Para o especialista, o plano do governo de estocar mais água nas hidrelétricas do Nordeste para aumentar a geração e o envio para o Centro-Sul na fase mais crítica da seca pode ser arriscado. Ele lembra que os lagos nordestinos representam apenas 20% da capacidade de armazenamento no país e são importantes para a segurança energética da região.

Nomomento, a boa "safra de ventos" tem favorecido a geração eólica e há crescimento da fonte solar, mas, explica D'Araújo, as fontes renováveis não conseguem "segurar" em tempo real picos de demanda. Ele adverte ainda que o nível dos reservatórios daquela região também pode sofrer com estiagem até o fim do ano:

— O Nordeste não tem como mandar mais nada de energia, pois a altura dos reser-



Seca severa. Vista aérea do Lago de Furnas, em Minas, ontem: o nível do reservatório, um dos maiores do país, está em 18%

Treze cidades do Amapá vivem novo apagão

> Treze dos 16 municípios do Amapá (inclusive a capital Macapá) voltaram a registrar ontem um apagão. A energia foi interrompida pouco depois das 10h e restabelecida no início da tarde, segundo a Companhia de Eletricidade do Amapá.

> Os municípios que ficaram sem luz são os mesmos atingidos pelo blecaute de novembro de

2020, que limitou o fornecimento por 22 dias. Desde então, o estado sofreu outros apagões pontuais.

> A concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia informou que, numa manutenção preventiva na subestação da capital, houve interrupção de poucos minutos no funcionamento de uma das instalações.

vatórios na região pode baixar para um nível perigoso. Com menos altura, as usinas precisam consumir mais água para aumentar a produção de energia, agravando ainda mais a situação. E, ao fazer muita força para puxar água, pode haver danos no aço das turbinas.

Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) do Instituto de Economia da UFRJ, diz que a estratégia de segurar água no Nordeste pode ajudar nos meses críticos, mas convida a afrouxamento da margem de segurança para transmitir a energia para o Centro-Sul eleva a probabilidade de cortes inesperados:

— Há risco de apagão curto. Em 2021, o risco é de cortes de curtíssima duração.

Gustavo Carvalho, gerente de Preços e Estudos de Mercado da consultoria Thymus, concorda que a estratégia do governo aumenta as chances de blecaute para "cobrir demanda pontual". Apesar de o país ter grande capacidade de geração, o desafio atual es-

tá na disponibilidade.

— Se há uma alta forte na demanda, as hidrelétricas são as que respondem mais rápido, o que não ocorre com as outras fontes, renováveis e térmicas. A situação é crítica. Estamos operando no limite e adotando medidas conjunturais que são fundamentais nesse momento, pois, caso contrário, estaríamos em um racionamento iminente — diz ele.

'NUVEM NO HORIZONTE'

Carvalho observa que o nível médio dos lagos está atualmente em cerca de 35%, bem abaixo da média de 80% dos últimos anos nesta época do ano. A previsão é que, em dezembro, chegue a 16%.

— Vamos depender do volume de chuvas no período úmido (verão) para saber se vamos ter racionamento ou não. Temos ainda o fenômeno La Niña, que pode atrasar o início do período de chuvas — diz o especialista, lembrando que a previsão de recuperação da economia acima dos 5% este ano tende a aumentar ainda

mais o consumo de energia e ampliar o desafio do governo.

Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, citou a crise hídrica como uma "nuvem no horizonte", mas minimizou o impacto econômico:

— Estou muito confiante que vamos atravessar. Se, no ano passado, que era o caos, nos organizamos e atravessamos, por que vamos ter medo agora? Qual é o problema agora? Que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos? Ou o problema é que está tendo exacerbação porque anteciparam as eleições? Tudo bem, vamos tapar os ouvidos e vamos atravessar.

O ministro Albuquerque afastou mais uma vez ontem a "hipótese de racionamento". Já o presidente do Conselho de Administração da BRF, Pedro Parente, que coordenou a gestão da crise energética de 2001 no governo Fernando Henrique, afirmou ontem, durante um evento, que provavelmente será necessária a redução do consumo de energia no país. Ao falar de sua experiência, defendeu como fundamentais foco, planejamento e transparência do governo:

— Tem que deixar clara a situação. É fundamental ter comunicação e transparência.



TER _ Miriam Leitão _ QUA _ Zeina Latif _ QUI _ Miriam Leitão _ SEX _ Rogério Werneck (quinzenal) _ Fabio Giambiagi (quinzenal) _ SÁB _ Carlos Góes (quinzenal) _ Cláudio Ferraz (mensal) _ Vilma Pinto (mensal) _ DOM _ Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Crise se agrava no setor elétrico

A crise no setor de energia se agravou nos últimos dois meses, mas os especialistas já haviam alertado que isso iria acontecer. Ontem o governo convocou a imprensa para anunciar que haverá três programas para redução de consumo. Um para as grandes empresas, um para os consumidores residenciais e outro para os órgãos federais. A coletiva foi marcada pelo improviso e pela falta de informações sobre o funcionamento e os custos dessas medidas. O ministro Bento Albuquerque continua errando na comunicação, ao afirmar que não trabalha com a hipótese de racionamento. Na prática, isso já começa a acontecer para os órgãos federais. O governo está atrasado porque é negacionista

também nesse assunto e tem medo da queda da popularidade do presidente Bolsonaro.

Os programas de redução de consumo só foram apresentados agora, no oitavo mês do ano. As empresas dizem que levará tempo até que haja confiança para uma adesão expressiva. Os órgãos federais que descumprirem as metas não serão punidos. E o consumidor residencial não sabe quem pagará pelo seu bônus. O risco é que seja ele mesmo, com aumento de bandeira tarifária. Ganha-se um desconto de um lado, paga-se mais via encargos de outro. Os especialistas são unânimes em afirmar que não há uma campanha de comunicação que mostre a gravidade desta crise elétrica.

O nível de água dos reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste está em 22,7%, o menor patamar para agosto dos últimos 20 anos, superando inclusive 2001. Essas duas regiões representam 70% da capacidade de armazenagem do sistema. A situação é crítica. Circula a informação no setor de que o presidente Bolsonaro vetou um pronunciamento que seria feito pelo ministro Albuquerque em rede nacional na última segunda-feira. Bolsonaro não quer notícia ruim às vésperas das manifestações do 7 de Setembro. Trocou-se isso por uma coletiva transmitida pelo canal oficial do ministério nas redes sociais.

As grandes indústrias dizem que é cedo para avaliar a eficácia do programa de racionamento

voluntário. O consumidor cativo pagará os custos da medida sob a forma de Encargo de Serviços do Sistema. Esse é o mesmo encargo que contabiliza os gastos com as termelétricas, que continuarão operando em carga máxima. Ou seja, um custo irá se somar ao outro. As indústrias temem que o voluntário vire compulsório.

— Como o governo é pouco confiável, se você entrar nisso ele pode te obrigar depois. É o risco de o governo forçar a mão caso a situação se agrave. Ainda não houve uma postura de real conversa com a sociedade, com abertura dos dados para todos os agentes sobre esta crise. Como confiar? — diz o representante de um setor industrial.

O ex-diretor-geral da ANP David Zylbersztajn, especialista em setor elétrico, afirma que o risco de faltar energia em horários de pico no final do ano tem aumentado. No passado, houve governantes que contaram com a sorte e a chuva os salvou, mas não se deve apostar nisso.

— Bolsonaro precisa entender que há um risco de 30% de faltar energia. É um percentual muito alto. Ele está apostando nos 70%. O Lula fez isso em 2008 e deu certo. A Dilma fez isso em 2014 e empurrou a crise para 2015. Mas é papel do governo pensar

no pior cenário. Se ele acontecer, será dramático para a economia — afirmou.

O consultor Luiz Augusto Barroso, da PSR, diz que o cenário piorou muito em relação às suas análises anteriores e as previsões de chuvas para o mês de setembro não estão boas. Com o baixo nível de água, o sistema elétrico já está operando no limite, o que aumenta o risco de falhas nos sistemas de geração e transmissão. Ele acha que algumas medidas do governo têm dado certo, como a flexibilização dos limites de armazenamento e vazão de água das hidrelétricas e o aumento de importação de energia de países vizinhos. Sobre o programa de redução de consumo das residências, diz que é fundamental, mas ainda faltam detalhes.

— Disseram que o dinheiro não virá do Tesouro, mas da tarifa. Ainda está pouco claro sobre como isso vai funcionar — afirmou.

Itaipu está hoje gerando 39% da sua capacidade. Se não fosse a energia dos ventos e do sol, que não havia na crise de 2001, o Brasil já poderia estar em colapso. A eólica em agosto gerou 166% mais energia do que Itaipu no Brasil, e o sol chegou a 10 GW de potência instalada.

A crise hídrica impacta a economia dramaticamente e já está afetando as famílias pela inflação da energia. O governo ao atuar do lado da oferta — e só agora ter medidas para conter a demanda — está contratando aumentos futuros e elevando os riscos do país.

Órgãos públicos terão de cortar consumo de energia

Após estímulos para grandes empresas reduzirem uso de eletricidade, governo promete lançar programa para consumidor residencial e pequenos negócios, com desconto na conta para quem alcançar metas. Adesão, porém, será voluntária

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem decreto que determina a redução obrigatória do consumo de energia elétrica de setembro de 2021 a abril de 2022 em todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundações. Os órgãos públicos terão que reduzir o consumo de 10% a 20%. É a primeira medida efetiva de racionamento de energia no país. Até agora, as ações eram oltadas para a redução voluntária de consumo. Depois de anunciar estímulos para grandes empresas, o Ministério de Minas e Energia informou que vai criar metas de corte para consumidores residenciais e para pequenos negócios, mas com adesão voluntária.

O racionamento do setor público não vale para as estatais. A redução será sobre o

consumo dos anos anteriores à pandemia, diz o decreto: “em percentual de 10% a 20% em relação à média do consumo do mesmo mês nos anos de 2018 e 2019”. Os órgãos e as entidades deverão informar na internet o comparativo de consumo de energia elétrica. Caso o órgão não consiga reduzir o consumo, ele terá que apresentar justificativas.

BÔNUS PARA CONSUMIDOR

A administração pública direta e indireta dispõe hoje de mais de 22 mil edificações próprias e cerca de 1.400 imóveis alugados, como escritórios, escolas, hospitais e universidades, representando uma parcela significativa do consumo total de eletricidade no país.

No programa para consumidores residenciais, que começa a valer a partir de 1º de setembro, quem aderir ganhará um bônus como descontos



Menos luz. Esplanada dos Ministérios: iluminação nos prédios vai diminuir

nas contas de luz. Mas os detalhes não foram divulgados.

— Não trabalhamos com hipótese de racionamento. Isso tem que ficar muito claro — afirmou o ministro Bento Albuquerque, repetindo que o sistema elétrico nacional é robusto.

O secretário de Energia Elé-

trica do MME, Christiano Vieira, disse que as metas serão dispostas nas contas de luz:

— Está sendo estruturado o estabelecimento de metas de redução. Essa meta vai estar colocada na conta. O consumidor que voluntariamente atender a redução estipulada naquela meta vai

ter dois benefícios. O primeiro é ter uma conta menor, porque reduziu o consumo. E o segundo benefício é uma premiação por ter reduzido o consumo conforme a meta, num momento em que o sistema está gastando muito recursos para atendê-lo — afirmou.

Para o secretário, até mesmo quem não aderir terá ganhos:

— Ganha o consumidor que reduziu e o que não reduziu também, porque o custo total do atendimento, na margem, é menor.

O secretário afirmou que o programa pressupõe uma linha-base para identificar uma meta de redução de consumo.

— A partir dessa meta, haverá uma premiação para os consumidores que atingirem essa média.

O desconto será pago pelo próprios consumidores por meio de encargos, disse o se-

cretário. É o mesmo modelo que está sendo adotado para os grandes consumidores. Não há, portanto, recursos do Orçamento para financiar o programa.

TEMPERATURA MAIOR

O decreto estabelece várias recomendações com a finalidade de contribuir com a redução do consumo. Aparelhos de ar-condicionado deverão ser programados para não menos do que 24°C, computadores deverão ser programados para entrarem em modo de espera quando o usuário se afastar. Além da redução de iluminação em corredores e garagens. As licitações terão que seguir critérios para se obter equipamentos de maior eficiência energética.

O decreto cria ainda a Comissão Interna de Conservação de Energia em cada órgão público ou entidade.

Vazão é reduzida até no Nordeste, que vira ‘caixa d’água’ do país

Reservatórios da região serão poupados para garantir energia ao Sudeste

MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

Em meio à maior seca já registrada no país em 91 anos, o governo decidiu reduzir a vazão de água de usinas hidrelétricas do Nordeste, cujos reservatórios estão em níveis mais altos que os

do centro-sul do país. A medida mostra o tamanho do desafio de garantir o fornecimento de energia no país. Num cenário de chuvas historicamente baixas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o Nordeste, historicamente identificado com severas secas, virou uma espécie de caixa d’água do Brasil.

Diferentemente do que ocorre nas hidrelétricas do Centro-Sul, os reservatórios do Nordeste estão cheios neste momento. Ao reduzir a vazão das usinas da região, o objetivo do governo é poupar água lá para, quando o abastecimento elétrico se tornar ainda crítico em outras regiões, como em momentos de pico de consumo, aumentar a geração no Nordeste e despachar essa

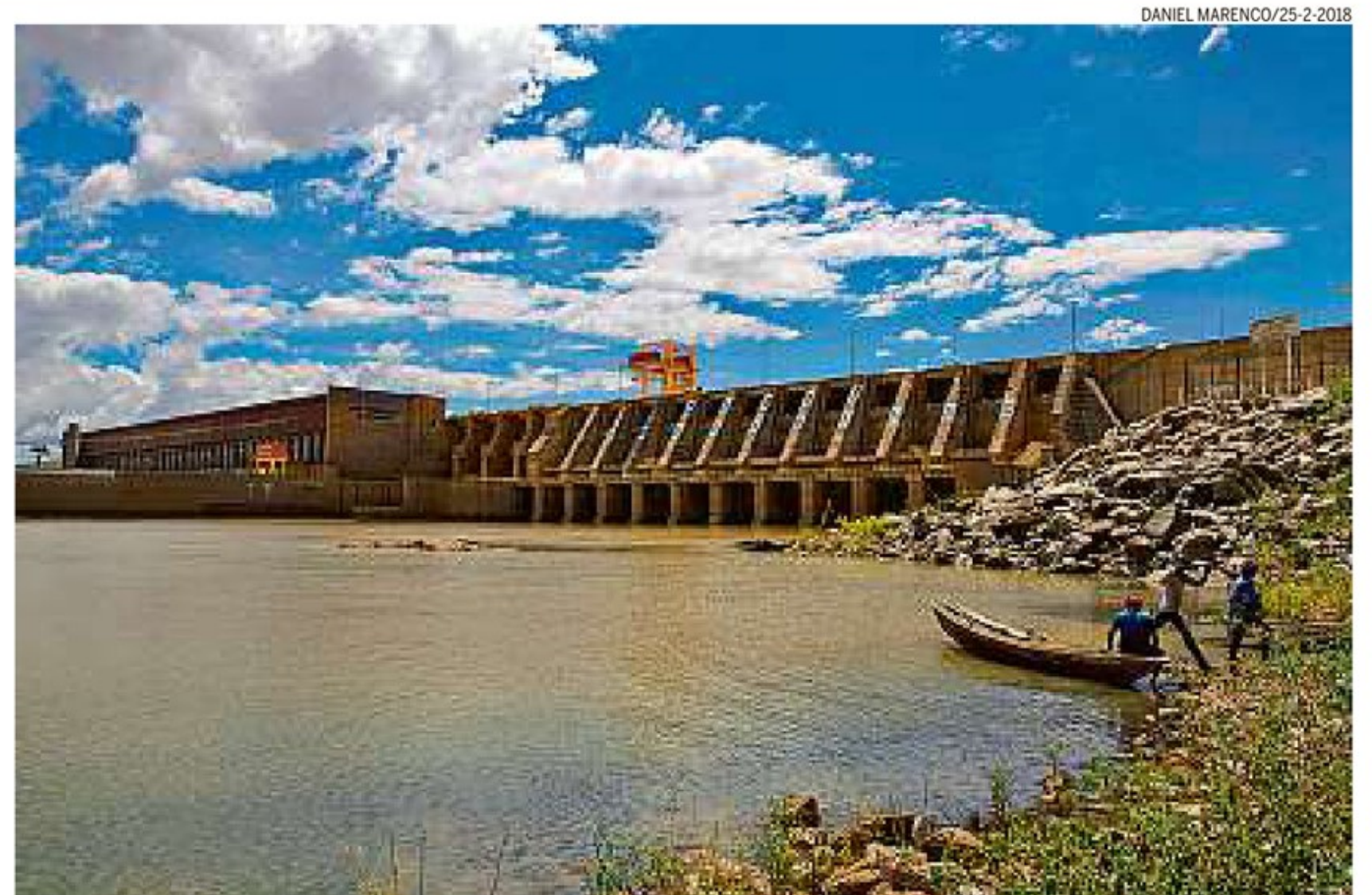
energia para o resto do país.

A redução da vazão já tinha sido adotada no Sudeste e no Centro-Oeste, onde os reservatórios estão com menor nível de água já registrado.

RESERVAS ACIMA DE 50%

Na média, o subsistema Sudeste/Centro-Oeste está com 22,75%. No Nordeste, a situação é bem mais confortável: 50,44%.

Em entrevista recente ao GLOBO, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi, já alertava que a região seria fundamental para garantir o fornecimento de energia no Brasil: “A caixa d’água do Brasil está em (bacia do) São Francisco, no Nordeste, que durante tanto tempo te-



Reservatório de Sobradinho. Hidrelétricas da região estão com nível de água bem superior ao das usinas do Centro-Sul

ve problema de escassez”.

O governo não especificou quais hidrelétricas do Nordeste terão a vazão reduzida, mas a medida deve atingir principalmente as da Bacia do São Francisco, como Sobradinho e Três Marias. O nível de água em Sobradinho está hoje em 49,14% da capacidade. Em

Três Marias, é de 50,42%.

Não é tarefa simples, porém, despachar mais energia do Nordeste para o centro-sul. Para facilitar essa manobra, o Operador Nacional do Sistema (ONS) flexibilizou alguns critérios de segurança na transmissão de energia, o que, segundo especialistas, aumenta o risco de pequenas inter-

rupções no fornecimento.

Além de ter hidrelétricas com reservatórios mais cheios, o Nordeste ainda conta com um grande parque de geração eólica. A região vive a chamada “safra de ventos”, uma época do ano em que as rajadas são mais fortes e amplia a capacidade dos aerogeradores.

